

MINUTA

Credenciamento

001/2025- ESPORTE E LAZER

OBJETO

O presente Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de profissionais interessados em integrar o quadro de professores/instrutores na municipalidade de Guaratuba-PR nas ações desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Cultura e Turismo, do Esporte e do Lazer e da Assistência Social, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes neste Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 948.240,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12 meses

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.....	5
4. DA HABILITAÇÃO.....	6
5. DOS RECURSOS	7
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	8
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	10
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	10
9. DA CONTRATAÇÃO.....	10
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS	11
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	11
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	12
13. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12
14. ANEXOS.....	13

EDITAL
MUNICÍPIO DE GUARATUBA
Credenciamento Nº 001/2025- ESPORTE E LAZER
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20195/2025

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE GUARATUBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.017.474/0001-08, por meio das Secretarias Municipais do Esporte e do Lazer, da Cultura e do Turismo e da Assistência Social, realizará **CREDENCIAMENTO**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 25.733 de 14 de maio de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados em **em integrar o quadro de professores/instrutores na municipalidade de Guaratuba-PR nas ações desenvolvidas pelas Secretarias Municipais da Cultura e Turismo, do Esporte e do Lazer e da Assistência Social**, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 25.733, de 2024.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar do Credenciamento as pessoas físicas, como profissionais autônomos, e também pessoas jurídicas, obrigatoriamente inscritas no MEI - Microempreendedor Individual, conforme as modalidades:

2.1.1 Profissionais autônomos - Profissional de Educação Física (mínimo nível médio/provisionado ou Bacharel/ Licenciatura Plena em Educação Física) nas modalidades:

- a. Basquetebol;
- c. Futsal;
- d. Handebol;
- e. Voleibol
- f. Atletismo

g. Ginástica

2.1.2. Profissionais autônomos – mínimo nível médio

- a. dança
- b. lutas
- c. ballet
- d. futebol

2.1.4 Pessoas Jurídicas inscritas no MEI conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE:

- a. Instrutor(a) de arte e cultura em geral independente - CNAE 8592-9/99
- b. Instrutor(a) de artes cênicas independente - CNAE 8592-9/02
- c. Instrutor(a) de informática independente - CNAE 8599-6/03
- d. Instrutor(a) de música independente- CNAE 8592-9/03
- e. Instrutor de cursos profissionalizante da área de Gastronomia (Doces, Pães, Salgados, cozinha básica e avançada) CNAE 8559-6/99
- f. Instrutor de curso profissionalizante na área Administrativa e Comercial, CNAE 8559-6/99
- g. Instrutor de curso profissionalizante da área de Corte e Costura e Bordados, CNAE 8559-6/99
- h. Instrutor de Curso profissionalizante na área de Prestação de Serviços (zeladoria, jardinagem, reparo em elétrica predial) CNAE 8559-6/99
- i. Instrutor de Curso Profissionalizante de Empreendedorismo, com conhecimento da aplicação da metodologia CEFE – Competências Econômicas na Formação de Empreendedores – CNAE 8559-6/99
- j. Instrutor de cursos de Informática, voltados para a área administrativa, comercial e prestação de serviços - CNAE 8599-6/03

2.4. Não poderão participar no Credenciamento os interessados que estejam cumprindo sanções.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão participar do credenciamento:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.8. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

3.1. Os interessados encaminharão, exclusivamente por meio de protocolo eletrônico disponível no Governo Digital Guaratuba através do link <http://portal.guaratuba.pr.gov.br/chamamentos> utilizando o assunto CREDENCIAMENTO (CARGO PRETENDIDO), o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

3.1.1. Descrição da especialidade que pretende se credenciar.

3.1.2. Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços.

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 4.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia
- 4.5. O órgão credenciante terá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.
- 4.6. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.
- 4.7. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.
- 4.8. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicafe, em relação aos documentos por ele abrangidos.
- 4.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 4.9. A verificação pela comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 4.9.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio de protocolo.
- 4.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 4.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
- 4.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.
- 4.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

5. DOS RECURSOS

- 5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 19 do Decreto nº 25.394, de 2024.
- 5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
- 5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
- 5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;
- 5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
- 5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por e-mail esportes.gtba@gmail.com

5.5. O recurso será dirigido à comissão, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://guaratuba.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes>

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.

6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

6.1.6. fraudar o credenciamento;

6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

6.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

6.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

6.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

6.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

6.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. advertência;

6.2.2. multa;

6.2.3. impedimento de licitar e contratar e

6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.3.2. as peculiaridades do caso concreto

6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante.

6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará

fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *por protocolo no Portal <https://guaratuba.oxy.elotech.com.br/governo-digital/> ou e-mail esportes.gtba@gmail.com, da comissão.*

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e Portal do Município.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (cinco) dias.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicafe para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

10.1.1. A ordem de contratação obedecerá a ordem da lista de credenciados desde que todos os documentos estejam aprovados pela Comissão de Credenciamento.

10.1.1.1. No momento de da contratação identificando-se a necessidade de esclarecimentos e/ ou complementação da documentação apresentada, a Comissão de Credenciamento emitirá parecer e encaminhará ao candidato, via contato informado na solicitação de credenciamento, concedendo prazo de até 5 (cinco) dias para sanar as inconformidades apontadas.

10.1.2. Poderá haver rotatividade, dos credenciados, com base em histórico de atendimento anterior, buscando distribuir de forma equitativa a quantidade de atendimentos entre os profissionais ao longo do tempo.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 20 (vinte) dias;

11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular. 5º

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação podendo ser prorrogado por igual período.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://guaratuba.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/>

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.5.1. ANEXO I - Termo de Referência

- 13.5.1.1. Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
- 13.5.2. ANEXO III- Minuta de Termo de Contrato
- 13.5.3. ANEXO IV – Formulário de Inscrição para Credenciamento
- 13.5.4. ANEXO V – Requerimento para credenciamento
- 13.5.5. ANEXO VI – Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação/Concordância com Edital
- 13.5.6. ANEXO VII – Termo de Comprometimento
- 13.5.7. ANEXO VIII – Declaração de Disponibilidade das Condições Técnicas à Prestação dos Serviços
- 13.5.8. ANEXO IX- Declaração de Idoneidade

Guaratuba, 13 de agosto de 2025.

Assinado por:
FABIO BILEK
14/08/2025 - 08:21
QR1TYT3TQYAUUV7COWRVI0Q

Fabio Luis Bilek

Secretário Municipal do Esporte e do Lazer

Decreto n.º 26.230/2025

Assinado por:
LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO
14/08/2025 - 11:31
MUHIEUXVSUGHTK0JNQ2UA

Luiz Antonio Michaliszyn Filho

Secretário Municipal da Cultura e do Turismo

Decreto nº 26.234/2025

Assinado por:
Simone Lense
15/08/2025 - 11:53
FAA1J93JQAYF0S06PGWORA

Simone do Prado Lense

Secretária Municipal da Assistência Social

Decreto nº 26.226/2025

ANEXO III

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025- ESPORTE E LAZER

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORES/INSTRUTORES DE ATIVIDADES FÍSICAS E CULTURAIS PARA VÁRIAS MODALIDADES PARA ATUAR NOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DO ESPORTE E DO LAZER E DA SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO.

N.º 20195/2025 – PMG

Pelo presente instrumento e na melhor forma do direito, o MUNICÍPIO DE GUARATUBA, com sede na Rua Dr. João Cândido, 380, na cidade de Guaratuba Estado Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.017.474/0001-08, por seu representante legal o Prefeito Municipal Maurício Lense, inscrito no CPF 514.515.499-20, SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E DO LAZER, órgão público do Poder Executivo Municipal, com sede à Rua José Nicolau Abagge, nº 1300, Centro, representado por seu Secretário, Srº Fabio Luis Bilek, inscrito no CPF/MF nº 864.166.699-00, SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E DO TURISMO, órgão público do Poder Executivo Municipal, com sede à Rua Antônio Rocha, nº 480, Centro, representado por seu Secretário Luiz Antonio Michaliszyn Filho, inscrito no CPF nº 016.810.029-06, SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, órgão público do Poder Executivo Municipal, com sede à Avenida 29 de Abril, nº 802, Centro, representada por sua Secretária, Srª Simone do Prado Lense, inscrita no CPF/MF nº 567.007.849-72, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES e, de outro lado nome....., nacionalidade....., estado civil....., portador da cédula de identidade/ registro do respectivo conselho nº...../UF, CPF nº e PIS nº, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, tem entre si justo e contratada, a prestação de serviços de professor/instrutor de atividades físicas e culturais que reger-se-á mediante as condições, termos e as cláusulas seguintes, em conformidade com a Lei 14.133/2021, art. 74, caput.

CLAUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente é a contratação de prestação de serviço nas funções de professor/instrutor de atividades físicas e culturais por hora/aula, para atuar nos projetos desenvolvidos pela Secretaria do Esporte e do Lazer e pela Secretaria da Cultura e do Turismo, observando as atividades a serem prestadas pelo credenciado:

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, MÍNIMO NÍVEL MÉDIO- PROVISIONADO OU BACHAREL/LICENCIATURA PLENA, PARA AS MODALIDADES COLETIVAS (OBRIGATÓRIO CREF):

BASQUETEBOL

- Planejar e ministrar aulas e treinamentos da modalidade para diferentes faixas etárias e níveis de habilidade.
- Elaborar programas de treinamento adaptados a objetivos recreativos, formativos ou competitivos.
- Avaliar o desempenho dos alunos, acompanhando a evolução técnica e física.
- Promover a prática segura e saudável da modalidade, orientando sobre prevenção de lesões.
- Organizar e coordenar eventos internos, como competições, testes de rendimento e festivais esportivos.
- Estimular a participação dos alunos em competições oficiais e torneios locais, estaduais ou nacionais.
- Manter registro atualizado das atividades, frequência e evolução dos alunos.
- Desenvolver projetos sociais e educativos com foco na inclusão e promoção da cidadania por meio do esporte.
- Orientar e acompanhar a preparação física geral, condicionamento e resistência dos praticantes.
- Adaptar atividades para alunos com necessidades especiais ou limitações físicas.
- Promover valores esportivos como respeito, disciplina, fair play e trabalho em equipe.
- Zelar pela conservação e bom uso dos equipamentos e espaços esportivos disponíveis.

FUTSAL

- Planejar e ministrar aulas e treinamentos da modalidade para diferentes faixas etárias e níveis de habilidade.
- Elaborar programas de treinamento adaptados a objetivos recreativos, formativos ou competitivos.
- Avaliar o desempenho dos alunos, acompanhando a evolução técnica e física.
- Promover a prática segura e saudável da modalidade, orientando sobre prevenção de lesões.
- Organizar e coordenar eventos internos, como competições, testes de rendimento e festivais esportivos.
- Estimular a participação dos alunos em competições oficiais e torneios locais, estaduais ou nacionais.
- Manter registro atualizado das atividades, frequência e evolução dos alunos.
- Desenvolver projetos sociais e educativos com foco na inclusão e promoção da cidadania por meio do esporte.

- Orientar e acompanhar a preparação física geral, condicionamento e resistência dos praticantes.
- Adaptar atividades para alunos com necessidades especiais ou limitações físicas.
- Promover valores esportivos como respeito, disciplina, fair play e trabalho em equipe.
- Zelar pela conservação e bom uso dos equipamentos e espaços esportivos disponíveis.

HANDEBOL

- Planejar e ministrar aulas e treinamentos da modalidade para diferentes faixas etárias e níveis de habilidade.
- Elaborar programas de treinamento adaptados a objetivos recreativos, formativos ou competitivos.
- Avaliar o desempenho dos alunos, acompanhando a evolução técnica e física.
- Promover a prática segura e saudável da modalidade, orientando sobre prevenção de lesões.
- Organizar e coordenar eventos internos, como competições, testes de rendimento e festivais esportivos.
- Estimular a participação dos alunos em competições oficiais e torneios locais, estaduais ou nacionais.
- Manter registro atualizado das atividades, frequência e evolução dos alunos.
- Desenvolver projetos sociais e educativos com foco na inclusão e promoção da cidadania por meio do esporte.
- Orientar e acompanhar a preparação física geral, condicionamento e resistência dos praticantes.
- Adaptar atividades para alunos com necessidades especiais ou limitações físicas.
- Promover valores esportivos como respeito, disciplina, fair play e trabalho em equipe.
- Zelar pela conservação e bom uso dos equipamentos e espaços esportivos disponíveis.

VOLEIBOL

- Planejar e ministrar aulas e treinamentos da modalidade para diferentes faixas etárias e níveis de habilidade.
- Elaborar programas de treinamento adaptados a objetivos recreativos, formativos ou competitivos.
- Avaliar o desempenho dos alunos, acompanhando a evolução técnica e física.
- Promover a prática segura e saudável da modalidade, orientando sobre prevenção de lesões.
- Organizar e coordenar eventos internos, como competições, testes de rendimento e festivais esportivos.
- Estimular a participação dos alunos em competições oficiais e torneios locais, estaduais ou nacionais.
- Manter registro atualizado das atividades, frequência e evolução dos alunos.
- Desenvolver projetos sociais e educativos com foco na inclusão e promoção da cidadania por meio do esporte.
- Orientar e acompanhar a preparação física geral, condicionamento e resistência dos praticantes.
- Adaptar atividades para alunos com necessidades especiais ou limitações físicas.
- Promover valores esportivos como respeito, disciplina, fair play e trabalho em equipe.
- Zelar pela conservação e bom uso dos equipamentos e espaços esportivos disponíveis.

ATLETISMO

- Planejar e ministrar aulas e treinamentos de atletismo para diferentes faixas etárias e níveis de habilidade.
- Desenvolver atividades específicas de corrida, salto, arremesso e lançamentos.
- Elaborar programas de treinamento adaptados a objetivos recreativos, formativos ou competitivos.
- Avaliar o desempenho dos alunos, acompanhando a evolução técnica e física.
- Promover a prática segura e saudável do atletismo, orientando sobre prevenção de lesões.
- Organizar e coordenar eventos internos, como competições, testes de rendimento e festivais esportivos.
- Estimular a participação dos alunos em competições oficiais e torneios locais, estaduais ou nacionais.
- Manter registro atualizado das atividades, frequência e evolução dos alunos.
- Desenvolver projetos sociais e educativos com foco na inclusão e promoção da cidadania por meio do esporte.
- Orientar e acompanhar a preparação física geral, condicionamento e resistência dos praticantes.
- Adaptar atividades para alunos com necessidades especiais ou limitações físicas.
- Promover valores esportivos como respeito, disciplina, fair play e trabalho em equipe.
- Zelar pela conservação e bom uso dos equipamentos e espaços esportivos disponíveis.

GINÁSTICA

- Elaborar planos de aula compatíveis com o público-alvo (crianças, adultos, idosos, etc.), alinhados aos objetivos do projeto.
- Selecionar e adaptar exercícios físicos conforme a faixa etária, nível de condicionamento e possíveis limitações dos participantes.
- Ministrar aulas práticas de ginástica (como ginástica localizada, funcional, aeróbica, alongamento, entre outras modalidades permitidas pelo edital).
- Garantir a segurança dos participantes durante a prática das atividades.
- Orientar corretamente sobre a execução dos exercícios, posturas e uso de materiais.
- Realizar avaliações físicas iniciais e periódicas, quando necessário.
- Monitorar a evolução dos participantes e adaptar os treinos conforme os resultados e feedbacks.
- Estimular hábitos saudáveis e promover ações educativas sobre saúde, bem-estar e atividade física.
- Atuar com foco na prevenção de doenças relacionadas ao sedentarismo.
- Manter controle de frequência dos alunos.
- Preencher e entregar relatórios periódicos de atividades, conforme solicitado pela coordenação do projeto.
- Participar de reuniões e formações promovidas pela equipe gestora.
- Cumprir a carga horária estipulada no edital.
- Zelar pelo bom uso dos equipamentos e espaços públicos.
- Manter postura profissional, respeitosa e ética no relacionamento com os participantes, equipe técnica e comunidade.
- Seguir as normas estabelecidas pelo edital e pela entidade contratante.

- Cumprir todos os protocolos de segurança, higiene e saúde vigentes, especialmente em casos de atividades em grupo.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, MÍNIMO NÍVEL MÉDIO- FUTEBOL

- Planejar e ministrar aulas e treinamentos da modalidade para diferentes faixas etárias e níveis de habilidade.
- Elaborar programas de treinamento adaptados a objetivos recreativos, formativos ou competitivos.
- Avaliar o desempenho dos alunos, acompanhando a evolução técnica e física.
- Promover a prática segura e saudável da modalidade, orientando sobre prevenção de lesões.
- Organizar e coordenar eventos internos, como competições, testes de rendimento e festivais esportivos.
- Estimular a participação dos alunos em competições oficiais e torneios locais, estaduais ou nacionais.
- Manter registro atualizado das atividades, frequência e evolução dos alunos.
- Desenvolver projetos sociais e educativos com foco na inclusão e promoção da cidadania por meio do esporte.
- Orientar e acompanhar a preparação física geral, condicionamento e resistência dos praticantes.
- Adaptar atividades para alunos com necessidades especiais ou limitações físicas.
- Promover valores esportivos como respeito, disciplina, fair play e trabalho em equipe.
- Zelar pela conservação e bom uso dos equipamentos e espaços esportivos disponíveis.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, MÍNIMO NÍVEL MÉDIO- LUTAS

- Planejar, desenvolver e orientar a aprendizagem das lutas ;
- Desenvolver, com crianças, jovens e adultos treinamentos específicos das lutas;
- Ensinar técnicas de lutas voltadas ao desenvolvimento individual e coletivo;
- Realizar treinamentos especializados instruindo-os acerca dos princípios e regras inerentes às lutas;
- Participar de competições específicas;
- Avaliar o preparo físico dos treinados, subordinado às orientações do Profissional de Educação Física (Graduado) da Carreira de Agente Profissional;
- Contribuir ainda, para consecução da autonomia, da auto-estima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente observado os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo;
- Exercer atividades, compatíveis com sua habilitação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, MÍNIMO NÍVEL MÉDIO- DANÇA

- Elaborar planos de aula de dança alinhados aos objetivos do projeto.
- Adaptar os conteúdos conforme o perfil do público-alvo (crianças, adolescentes, adultos, idosos ou grupos mistos).
- Incluir elementos da cultura local, regional e nacional, promovendo a valorização das tradições e identidades culturais.
- Conduzir aulas práticas de dança, podendo incluir estilos como dança folclórica, popular, afro-brasileira, indígena, entre outras vertentes pertinentes ao projeto.
- Estimular a expressão corporal, a criatividade e o respeito à diversidade cultural.
- Orientar os participantes quanto aos movimentos, ritmo, postura e interpretação.
- Desenvolver atividades que fortaleçam o senso de pertencimento, inclusão e respeito entre os participantes.
- Estimular o conhecimento e o orgulho pelas manifestações culturais locais e nacionais.
- Participar de apresentações, eventos comunitários e atividades integradas previstas no projeto.
- Ajudar na preparação de coreografias e figurinos para apresentações culturais, quando necessário.
- Auxiliar na organização de mostras culturais, festivais ou eventos promovidos pela entidade contratante.
- Manter controle de frequência dos participantes.
- Registrar as atividades desenvolvidas por meio de relatórios mensais ou conforme solicitado pela coordenação.
- Avaliar o progresso dos participantes e ajustar as aulas de acordo com os resultados observados.
- Manter postura ética, respeitosa e profissional durante todas as atividades.
- Cumprir com pontualidade e assiduidade a carga horária prevista no contrato ou termo de compromisso.
- Zelar pelos espaços públicos e materiais utilizados durante as aulas.
- Respeitar as diretrizes do edital, bem como as normas estabelecidas pela organização contratante.
- Seguir os protocolos de segurança, saúde e conduta exigidos para o exercício da função.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, MÍNIMO NÍVEL MÉDIO- BALLET

- Elaborar planos de aula de ballet alinhados aos objetivos do projeto.
- Adaptar os conteúdos conforme o perfil do público-alvo (crianças, adolescentes, adultos, idosos ou grupos mistos).
- Incluir elementos da cultura local, regional e nacional, promovendo a valorização das tradições e identidades culturais.
- Conduzir aulas práticas de ballet
- Estimular a expressão corporal, a criatividade e o respeito à diversidade cultural.
- Orientar os participantes quanto aos movimentos, ritmo, postura e interpretação.
- Desenvolver atividades que fortaleçam o senso de pertencimento, inclusão e respeito entre os participantes.
- Estimular o conhecimento e o orgulho pelas manifestações culturais locais e nacionais.

- Participar de apresentações, eventos comunitários e atividades integradas previstas no projeto.
- Ajudar na preparação de coreografias e figurinos para apresentações culturais, quando necessário.
- Auxiliar na organização de mostras culturais, festivais ou eventos promovidos pela entidade contratante.
- Manter controle de frequência dos participantes.
- Registrar as atividades desenvolvidas por meio de relatórios mensais ou conforme solicitado pela coordenação.
- Avaliar o progresso dos participantes e ajustar as aulas de acordo com os resultados observados.
- Manter postura ética, respeitosa e profissional durante todas as atividades.
- Cumprir com pontualidade e assiduidade a carga horária prevista no contrato ou termo de compromisso.
- Zelar pelos espaços públicos e materiais utilizados durante as aulas.
- Respeitar as diretrizes do edital, bem como as normas estabelecidas pela organização contratante.
- Seguir os protocolos de segurança, saúde e conduta exigidos para o exercício da função.

INSTRUTOR(A) DE ARTE E CULTURA EM GERAL INDEPENDENTE - CNAE 8592-9/99

- Portar sua documentação, atualizada e legalizada; Lecionar o ensino de artes na área pretendida;
- Elaborar plano de aula discriminando as atividades que serão realizadas no curso do ensino de artes;
- Preencher lista de presença dos participantes das aulas de ensino de artes e entregá-la ao término de cada aula em local a ser definido pela secretaria competente;
- Acompanhar os alunos em apresentações artísticas/esportivas sempre que convocado pela secretaria competente;
- As atividades desenvolvidas pelo profissional credenciado deverão ser finalizadas com a entrega do relatório de atividades desenvolvidas ao final de cada ano.

INSTRUTOR(A) DE ARTES CÊNICAS INDEPENDENTE - CNAE 8592-9/02

- Portar sua documentação, atualizada e legalizada; Lecionar o ensino de artes na área pretendida;
- Elaborar plano de aula discriminando as atividades que serão realizadas no curso do ensino de artes;
- Preencher lista de presença dos participantes das aulas de ensino de artes e entregá-la ao término de cada aula em local a ser definido pela secretaria competente;

- Acompanhar os alunos em apresentações artísticas/esportivas sempre que convocado pela secretaria competente;
- As atividades desenvolvidas pelo profissional credenciado deverão ser finalizadas com a entrega do relatório de atividades desenvolvidas ao final de cada ano.

INSTRUTOR(A) DE INFORMÁTICA INDEPENDENTE - CNAE 8599-6/03

- Portar sua documentação, atualizada e legalizada; Lecionar o ensino de artes na área pretendida;
- Elaborar plano de aula discriminando as atividades que serão realizadas no curso do ensino de artes;
- Preencher lista de presença dos participantes das aulas de ensino de artes e entregá-la ao término de cada aula em local a ser definido pela secretaria competente;
- Acompanhar os alunos em apresentações artísticas/esportivas sempre que convocado pela secretaria competente;
- As atividades desenvolvidas pelo profissional credenciado deverão ser finalizadas com a entrega do relatório de atividades desenvolvidas ao final de cada ano.

INSTRUTOR(A) DE MÚSICA INDEPENDENTE- CNAE 8592-9/03

- Portar sua documentação, atualizada e legalizada; Lecionar o ensino de artes na área pretendida;
- Elaborar plano de aula discriminando as atividades que serão realizadas no curso do ensino de artes;
- Preencher lista de presença dos participantes das aulas de ensino de artes e entregá-la ao término de cada aula em local a ser definido pela secretaria competente;
- Acompanhar os alunos em apresentações artísticas/esportivas sempre que convocado pela secretaria competente;
- As atividades desenvolvidas pelo profissional credenciado deverão ser finalizadas com a entrega do relatório de atividades desenvolvidas ao final de cada ano.

CURSO PROFISSIONALIZANTE NA ÁREA DE GASTRONOMIA (CONFEITARIA, PANIFICAÇÃO, SALGADOS PARA FESTAS, PIZZARIA, CULINÁRIA BÁSICA E AVANÇADA E OUTROS).INSTRUTOR(A) COM NÍVEL DE ESCOLARIDADE MÉDIO (CNAE 8599-6/99)

- Elaborar planos de aula alinhados aos objetivos do projeto.
- Preparar o material didático ;
- Adaptar os conteúdos conforme o perfil do público-alvo;
- Incluir elementos da cultura local, regional e nacional, promovendo a valorização das tradições e identidades culturais;
- Orientar os participantes quanto aos procedimentos de higiene , segurança alimentar e economicidade dos ingredientes ;
- Estimular o trabalho em grupo , inclusão e respeito entre os participantes.
- Estimular a criatividade na elaboração das receitas;
- Manter controle de frequência dos participantes;
- Registrar as atividades desenvolvidas por meio de relatórios mensais ou conforme solicitado pela coordenação;
- Avaliar o progresso dos participantes e ajustar as aulas de acordo com os resultados observados.
- Manter postura ética, respeitosa e profissional durante todas as atividades.
- Cumprir com pontualidade e assiduidade a carga horária prevista no contrato ou termo de compromisso;
- Zelar pelos espaços públicos e materiais utilizados durante as aulas.
- Respeitar as diretrizes do edital, bem como as normas estabelecidas pela organização contratante.
- Seguir os protocolos de segurança, saúde e conduta exigidos para o exercício da função.

CURSOS PROFISSIONALIZANTES NA ÁREA ADMINISTRATIVA E COMERCIAL (AUXILIAR ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS, AUXILIAR DE ALMOXARIFADO, RECEPCIONISTA COMERCIAL, TÉCNICAS DE VENDAS E OUTROS).INSTRUTOR(A) COM ESCOLARIDADE MÍNIMA DE NÍVEL TÉCNICO NA ÁREA ADMINISTRATIVA, COMERCIAL, CONTABILIDADE) (CNAE 8599-6/99)

- Elaborar planos de aula alinhados aos objetivos do projeto.
- Preparar o material didático ;
- Adaptar os conteúdos conforme o perfil do público-alvo ;

- Orientar os participantes quanto aos valores éticos ,de higiene ,e segurança no trabalho;
- Estimular o trabalho em grupo , inclusão e respeito entre os participantes.;
- Manter controle de frequência dos participantes;
- Registrar as atividades desenvolvidas por meio de relatórios mensais ou conforme solicitado pela coordenação;
- Avaliar o progresso dos participantes e ajustar as aulas de acordo com os resultados observados;
- Manter postura ética, respeitosa e profissional durante todas as atividades.
- Cumprir com pontualidade e assiduidade a carga horária prevista no contrato ou termo de compromisso;
- Zelar pelos espaços públicos e materiais utilizados durante as aulas;
- Respeitar as diretrizes do edital, bem como as normas estabelecidas pela organização contratante.
 - Seguir os protocolos de segurança, saúde e conduta exigidos para o exercício da função.

CURSOS PROFISSIONALIZANTES NA ÁREA DE CORTE E COSTURA E BORDADOS (APROVEITAMENTO DE RETALHOS, COSTURA BÁSICA E INDUSTRIAL, CONFECÇÃO DE ROUPAS BÁSICA E INDUSTRIAL, CONFECÇÃO DE ENXOVAIS DE BEBÊ E CASA, E OUTROS). INSTRUTOR (A) COM FORMAÇÃO NÍVEL MÉDIO. (CNAE 8599-6/99)

- Elaborar planos de aula alinhados aos objetivos do projeto.
- Preparar o material didático ;
- Adaptar os conteúdos conforme o perfil do público-alvo ;
- Orientar os participantes quanto aos valores éticos ,de higiene ,e segurança no trabalho;
- Estimular o trabalho em grupo , inclusão e respeito entre os participantes;
- Manter controle de frequência dos participantes;
- Registrar as atividades desenvolvidas por meio de relatórios mensais ou conforme solicitado pela coordenação;
- Avaliar o progresso dos participantes e ajustar as aulas de acordo com os resultados observados.
- Manter postura ética, respeitosa e profissional durante todas as atividades.
- Cumprir com pontualidade e assiduidade a carga horária prevista no contrato ou termo de compromisso;
- Zelar pelos espaços públicos e materiais utilizados durante as aulas.
- Respeitar as diretrizes do edital, bem como as normas estabelecidas pela organização contratante.

- Seguir os protocolos de segurança, saúde e conduta exigidos para o exercício da função.

CURSOS PROFISSIONALIZANTES NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (PORTARIA, ZELADORIA, CONSTRUÇÃO CIVIL, ELÉTRICA PREDIAL E OUTROS) INSTRUTOR(A) COM ESCOLARIDADE MÍNIMA NÍVEL MÉDIO (CNAE 8599-6/99)

- Elaborar planos de aula alinhados aos objetivos do projeto.
- Preparar o material didático;
- Adaptar os conteúdos conforme o perfil do público-alvo ;
- Orientar os participantes quanto aos valores éticos ,de higiene ,e segurança no trabalho;
- Estimular o trabalho em grupo , inclusão e respeito entre os participantes.;
- Manter controle de frequência dos participantes;
- Registrar as atividades desenvolvidas por meio de relatórios mensais ou conforme solicitado pela coordenação;
- Avaliar o progresso dos participantes e ajustar as aulas de acordo com os resultados observados.
- Manter postura ética, respeitosa e profissional durante todas as atividades.
- Cumprir com pontualidade e assiduidade a carga horária prevista no contrato ou termo de compromisso;
- Zelar pelos espaços públicos e materiais utilizados durante as aulas.
- Respeitar as diretrizes do edital, bem como as normas estabelecidas pela organização contratante.
- Seguir os protocolos de segurança, saúde e conduta exigidos para o exercício da função;

CURSO PROFISSIONALIZANTE E GERAÇÃO DE RENDA NA ÁREA DE EMPREENDEDORISMO METODOLOGIA CEFE (COMPETÊNCIAS ECONÔMICAS PARA FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES) INSTRUTOR(A) COM ESCOLARIDADE MÍNIMA NÍVEL MÉDIO E COM COMPROVAÇÃO PROVADA NA METODOLOGIA CEFE.(CNAE 8599-6/99)

- Instrutor com capacitação comprovada na metodologia CEFE;
- Elaborar planos de aula alinhados aos objetivos do projeto;
- Preparar o material didático ;
- Adaptar os conteúdos conforme o perfil do público-alvo ;
- Orientar os participantes quanto aos valores éticos ,de higiene ,e segurança no trabalho;
- Estimular o trabalho em grupo , inclusão e respeito entre os participantes.;

- Manter controle de frequência dos participantes;
- Registrar as atividades desenvolvidas por meio de relatórios mensais ou conforme solicitado pela coordenação;
- Avaliar o progresso dos participantes e ajustar as aulas de acordo com os resultados observados.
- Manter postura ética, respeitosa e profissional durante todas as atividades.
- Cumprir com pontualidade e assiduidade a carga horária prevista no contrato ou termo de compromisso;
- Zelar pelos espaços públicos e materiais utilizados durante as aulas.
- Respeitar as diretrizes do edital, bem como as normas estabelecidas pela organização contratante.
- Seguir os protocolos de segurança, saúde e conduta exigidos para o exercício da função.

CURSO DE PROFISSIONALIZANTE DE INFORMÁTICA (INFORMÁTICA BÁSICA, POWER POINT, WORD, EXCEL, MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E OUTROS); INSTRUTOR(A) NÍVEL EDUCACIONAL SUPERIOR (CNAE 8599-6/03)

- Elaborar planos de aula alinhados aos objetivos do projeto
- Preparar o material didático ;
- Adaptar os conteúdos conforme o perfil do público-alvo ;
- Orientar os participantes quanto aos valores éticos ,de higiene ,e segurança no trabalho;
- Estimular o trabalho em grupo , inclusão e respeito entre os participantes.;
- Manter controle de frequência dos participantes;
- Registrar as atividades desenvolvidas por meio de relatórios mensais ou conforme solicitado pela coordenação;
- Avaliar o progresso dos participantes e ajustar as aulas de acordo com os resultados observados.
- Manter postura ética, respeitosa e profissional durante todas as atividades.
- Cumprir com pontualidade e assiduidade a carga horária prevista no contrato ou termo de compromisso;
- Zelar pelos espaços públicos e materiais utilizados durante as aulas.
- Respeitar as diretrizes do edital, bem como as normas estabelecidas pela organização contratante.
- Seguir os protocolos de segurança, saúde e conduta exigidos para o exercício da função.

CLAUSULA SEGUNDA -PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de execução dos serviços do presente contrato será até xxx de xxxx de 2025 e vigência por igual período.

CLAUSULA TERCEIRA -REMUNERAÇÃO

A Contratante pagará por tais serviços o valor de R\$ 32,93 (trinta e dois reais e noventa e três centavos) por hora/aula trabalhada, não podendo ultrapassar a carga horária de 120 h/a mensais, conforme descritos na Cláusula Primeira do presente contrato.

§ 1º -Anuído o constante no parágrafo anterior, o Contratado emitirá um Recibo de Pagamento de Autônomo -RPA e/ou Nota Fiscal excepcional ao **CONTRATO JURÍDICO**** no valor global dos serviços realizados;

§ 3º -De posse do RPA e/ou Nota Fiscal, a Contratante atestará a execução dos serviços e encaminhará para o devido empenho e pagamento.

§ 4º -O pagamento dar-se-á até o décimo dia útil do mês subsequente ao do serviço prestado no: Banco xxx , Agência xxxx, Conta Corrente nº xxxx-x.

CLAUSULA QUARTA -OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- a) Comparecer ao seu local de trabalho conforme dias e horários estabelecidos pelo Secretário do Esporte e do Lazer e da Cultura e do Turismo em sua representatividade.
- b) Cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos serviços prestados;
- c) Tratar com respeito e coleguismo os demais integrantes da equipe das secretarias;
- d) Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários;
- e) Manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação continuada e congressos da área;
- f) Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
- g) Participar das reuniões convocadas pelas secretarias;
- h) Acatar as deliberações hierárquicas;

CLAUSULA QUINTA -OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

São obrigações da Contratante:

- I -Proporcionar a logística necessária para a prestação dos serviços contratados;
- II -Supervisionar os serviços contratos através das Secretaria Municipais do esporte e do Lazer e da Secretaria da Cultura e do Turismo;
- III -Atestar e liberar os pagamentos devidos aos serviços prestados.

CLAUSULA SEXTA -DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO A CONTRATADA

Não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá subcontratar a prestação de serviços, sem o expreso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito sob pena de rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA-DAS PENALIDADES À CONTRATADA

Serão aplicadas as seguintes penalidades pela CONTRATANTE:

- a) em caso de atraso injustificado, ação ou omissões incompatíveis com os deveres profissionais previstos na cláusula quarta do presente contrato, advertência escrita;
- b) em caso de falta injustificada ao horário de prestação de serviço designado, multa de 5% cinco por cento do valor total a ser recebido pelo profissional durante o mês em que ocorreu a falta funcional;
- c) em caso de reiteração do profissional na prática de faltas funcionais ou descumprimento dos termos do presente contrato, suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública. § 1º Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no caput, poderá haver a rescisão do contrato administrativo, na forma prevista na cláusula nona, hipótese em que deverá ser obedecido o devido processo legal.

CLÁUSULA OITAVA-DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Quando da aplicação das sanções de advertência e multa, a CONTRATANTE reduzirá a termo a falta funcional cometida pelo profissional CONTRATADO e o notificará acerca da penalidade imposta:

§ 1º O profissional terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar defesa ou recurso sobre a aplicação da sanção, que deverá ser apreciado pelo gestor do contrato.

§ 2º No caso de aplicação da pena de multa, mantida a penalidade imposta, deverá ser oficiada a Secretaria de Finanças para que deduza o valor da penalidade do pagamento do valor mensal da contratada, conforme disposto no artigo 156, § 2º da lei 14.133/2021

§ 3º Em caso de reiteração das faltas funcionais sancionadas com pena de advertência e/ou multa, ou ainda na hipótese de descumprimento dos termos do presente contrato, poderá haver a aplicação das penas de suspensão do direito de contratar com a Administração Pública ou declaração de inidoneidade para contratação com o poder público, obedecido o devido processo legal.

Parágrafo Primeiro Da aplicação de multa, caberá recurso à CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias a contar da data do recebimento da respectiva notificação, mediante prévio recolhimento da multa, sem efeito suspensivo, até que seja devidamente efetuada a justificativa exposta; a CONTRATANTE julgará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, procedente ou improcedente, a importância recolhida pela CONTRATADA, será devolvida pela CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias, contados da data do julgamento.

CLÁUSULA NONA-DA RESCISÃO A CONTRATADA

Reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 115 da Lei n.º 14.133/2021. O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 137 da Lei n.14.133/2021. A rescisão do presente contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no artigo 124, da Lei n.º 14.133/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA -DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.14.133 de 1º de abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova da entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- Os fiscais do contrato serão os servidores Almir Rogério de Souza, Ricardo Lacerda Mariucci e Flávia do Rocio Costa Santiago, conforme portaria de nomeação.

Os fiscais terão as seguintes atribuições:

- a) - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

- b) - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) - demais funções previstas na regulamentação municipal.

- Os gestores do contrato serão os Secretários do Esporte e Lazer, da Cultura e do Turismo e da Assistência Social, Fábio Luis Bilek, Luiz Antonio Michaliszyn Filho e Simone do Prado Lense, respectivamente, conforme portaria de nomeação.

6.7.2. Os gestores terão as seguintes atribuições:

- a) - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- b) - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) - demais funções previstas na regulamentação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Red: 959 – Dotação: 09.001.27.122.0022.2122.3.3.90.36.00.00- Manutenção Administrativa da Secretaria- Outros serviços de Terceiros- Pessoa Física-
- Red: 806- Dotação: 08.001.13.392.0014.2072.3.3.90.36.00.00- Desenvolvimento, Promocao e Difusao de Atividades Artisticas e Culturais- Outros serviços de Terceiros- Pessoa Física
- Red:2189- Dotação: 07.001.08.122.0010.2186.3.3.90.36.00.00- Centro de Capacitação e Geração de Renda- CECAGER- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ANTICORRUPÇÃO

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA -DO FORO

As partes elegem o foro de Comarca de Guaratuba/PR, com a exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiado que possam ser, para dirimir dúvidas oriundas da execução deste contrato.

E por estarem, assim, justos e contratados, depois de lido e achado conforme, assinam o presente instrumento de contrato, obrigando-se, mutuamente, ao seu fiel exato cumprimento.

Guaratuba, 13 de agosto de 2.025

MUNICÍPIO DE GUARATUBA

MAURÍCIO LENSE

PREFEITO

CPF n.º 514.515.499-20

FABIO LUIS BILEK

SECRETÁRIO MUNICIPAL DO ESPORTE E DO LAZER

CPF nº 864.166.699-00

LUIZ ANTONIO MICHALISZYN FILHO

SECRETÁRIO DA CULTURA E DO TURISMO

CPF Nº 016.810.029-06

SIMONE DO PRADO LENSE

SECRETÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CPF Nº 564.007.849-72

Contratado

CPF: XXXXXXXXXX

ANEXO IV

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025- ESPORTE E LAZER

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

PF/PJ_____ venho requerer efetivação da inscrição credenciamento público para o profissional na área de_____, realizado pelas Secretarias Municipais do Esporte e do Lazer e da Cultura e do Turismo, visto que atendo aos requisitos previstos no edital, e colaciono, em anexo, os documentos exigidos:

Nome completo/Razão Social:_____ social:_____

CPF/CNPJ: _____

Registro no conselho competente: _____

Endereço:_____ CEP:_____

Telefones: comercial (____) _____ Cel. (____) _____

E-mail: _____

ANEXO V

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025- ESPORTE E LAZER

À Comissão de Chamamento Público designada pela Portaria nº. 15.272/2025:

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no Chamamento Público para o credenciamento de profissionais interessados em integrar o quadro de professores/instrutores na municipalidade de Guaratuba-PR nas ações culturais e esportivas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Cultura e Turismo e do Esporte e do Lazer, nos termos do chamamento público divulgado em xx/xxx/2025.

Nome:

Endereço Residencial: Fone:

E-mail:

Cidade:

Estado:

CEP:

CPF:

R.G .nº

Formação:

*CRM:

Especialidade:

PIS:

Dados Bancários para Pagamento:

Nº e nome do Banco: Nº da

agência:

Nº da conta corrente:

_____, ____ de _____ de 2025.

(Nome do solicitante, carimbo e assinatura)

ANEXO VI

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025- ESPORTE E LAZER

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE
HABILITAÇÃO/CONCORDÂNCIA COM EDITAL.

Declaro para todos os fins de direito, concordar com as condições do edital de credenciamento no tocante à forma de atendimento, instalações e Valor de Referência, comprometo a fornecer as informações ou documentos solicitados referentes aos serviços realizados. Estando ciente de que a qualquer momento poderá ser cancelado o credenciamento, tendo também conhecimento que nos é vedado cobrar quaisquer honorários dos beneficiários objeto desse edital.

....., de de 202__.

.....
Assinatura do Credenciado(a)

ANEXO VI

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025- ESPORTE E LAZER

TERMO DE COMPROMETIMENTO:

PF/PJ _____, Registrado no CPF/CNPJ
nº _____ comprometo-me a assumir serviços
de.....
.....

_____ Assinatura do
Credenciado(a)

ANEXO VIII

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025- ESPORTE E LAZER

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

DECLARO DISPONIBILIDADE DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE.....
.....

..... Assinatura do
Credenciado(a)

ANEXO IX

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025- ESPORTE E LAZER

À Comissão de Chamamento Público designada pela Portaria nº. 15.272/2025:

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no Chamamento Público para o credenciamento de profissionais interessados em integrar o quadro de professores/instrutores na municipalidade de Guaratuba-PR nas ações culturais e esportivas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Cultura e Turismo e do Esporte e do Lazer, nos termos do chamamento público divulgado em xx/xxx/2025.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade do chamamento nº. 0xx/2025, instaurado pela Prefeitura Municipal de Guaratuba que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Guaratuba/PR, em _____ de _____ de 2025.

(Nome do solicitante e carimbo e assinatura)